



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS

JOSEANY MARIA PIMENTA DE HOLANDA

**UMA ANÁLISE SÓCIO INTERACIONAL DA RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO
SURDO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NUMA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO MÉDIO DE CAMPO GRANDE/RN**

CARAÚBAS – RN

2019

JOSEANY MARIA PIMENTA DE HOLANDA

**UMA ANÁLISE SÓCIO INTERACIONAL DA RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO
SURDO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NUMA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO MÉDIO DE CAMPO GRANDE/RN**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciado em Letras Libras.

Orientadora: Prof. Me. Isabelle Pinheiro Fagundes

CARAÚBAS – RN

2019

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

H734a Holanda, Joseany Maria Pimenta de.
Uma análise sócio interacional da relação professor/aluno surdo nas aulas de língua portuguesa numa escola estadual de ensino médio de Campo Grande/RN / Joseany Maria Pimenta de Holanda. - 2019.
56 f. : il.

Orientadora: Isabelle Pinheiro Fagundes.
Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Letras/Libras, 2019.

1. Surdo. 2. Interação. 3. Aprendizagem. 4. Libras. I. Fagundes, Isabelle Pinheiro, orient.
II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

JOSEANY MARIA PIMENTA DE HOLANDA

**UMA ANÁLISE SÓCIO INTERACIONAL DA RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO
SURDO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NUMA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO MÉDIO DE CAMPO GRANDE/RN**

Monografia apresentada a
Universidade Federal Rural do
Semi-Árido, como requisito
para a obtenção de grau de
Licenciado em Letras –
LIBRAS.

Aprovado em:

06 de agosto de 2019

BANCA EXAMINADORA

Isabelle Pinheiro Fagundes

Profa. Msc. Isabelle Pinheiro Fagundes
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Orientadora

Niáscara Valesca do Nascimento Souza

Profa. Msc. Niáscara Valesca do Nascimento Souza.
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Primeiro Membro

Prof. Dr. Jose Roberto Alves Barbosa

Prof. Dr. Jose Roberto Alves Barbosa
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Segundo Membro

Fernando da Silva Cordeiro
Prof. Ms. FERNANDO DA SILVA CORDEIRO- UFRSA
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Terceiro Membro

Dedico este trabalho a meu pai (*in memoriam*) e a minha mãe, meus maiores incentivadores, sempre acreditaram no meu potencial, minha referência de vida, minha base, os maiores tesouros que Deus me deu nesta terra.

AGRADECIMENTOS

É momento de agradecer a todos que durante essa trajetória acadêmica contribuíram de alguma forma para meu aprendizado acadêmico, pessoal e profissional, me apoiando, acreditando e torcendo por minhas conquistas. Agradeço imensamente a Deus, Sabedoria Suprema, pelo dom da vida e vitórias que ele me concede todos os dias, e uma delas é concluir o curso de Letras –LIBRAS em uma universidade federal e conceituada como a UFERSA.

A minha família, em especial, a meus amados pais Jose Maria (In memorian) e Maria da Guia por sempre acreditarem no meu potencial e incentivarem a estudar e por ter-me feito à mulher que hoje sou, em especial a minha mãe por ter sido minha primeira educadora. Vocês são meu referencial de vida. A minha irmã Josiany, mulher guerreira, meus irmãos Francisco, Antonio, Jose Filho e Lucas por sempre me apoiarem e aos amados sobrinhos, presentes de Deus na minha vida: Sara Emanuelle, Victor, Vinicius e Miguel.

Ao meu esposo Paulinho, por me apoiar e incentivar quando achava que não conseguiria principalmente, por compreender minhas inquietudes. Por me passar segurança nos momentos de aflição e por vibrar comigo a cada conquista.

Agradeço aos amigos do curso, que estiveram comigo compartilhando conhecimento, Uberlândia, Gilmara, Camila, Tarcia e Aliane, em especial a minha amiga Roberta que por motivo especial não pode concluir, mas o respeito e a amizade permanecem. A Krisia e Lucas que estiveram comigo até o fim da labuta, que para gloria de Deus concluímos. E um agradecimento mais que especial para um amigo que eu temia chegar o dia em que cada um seguiria seu rumo, pessoa que sempre abriu as portas de sua casa, por nome AP NASA e nos fez se sentir em casa, aquele que me trouxe riso frouxo todas as noites, além de sempre fazer aquele favorzinho quando era solicitado, amigo, elogios para você será pouco, obrigada Genildo (GG), por ter cruzado meu caminho, que Deus te abençoe infinitamente.

A minha orientadora Isabelle Fagundes, mulher de fibra, guerreira, que merece ir muito além do que já conseguiu. Excelente profissional, aquela que sabe compreender seus alunos, mas sem deixar de cumprir sua ementa, foi professora e amiga. Saiba que adquirir muito conhecimento, não só acadêmico, mas da vida, obrigado pela compreensão e paciência que teve durante a construção desse lindo trabalho.

Aos professores da banca, Jose Roberto, que também teve sua contribuição no início dessa pesquisa, obrigada pelo apoio, cuidado e zelo, tenho muita admiração pelo profissional e pessoa que és. Niascara Valesca, tenho em você a mãe desse curso, aquela que abraça a todos com seu jeito carinhoso de ser, em seu nome agradeço a toda comunidade surda. Obrigada por aceitarem o convite.

Aos demais professores, João Batista Neves Ferreira, Maria Márcia Fernandes de Azevedo, Vanessa de Oliveira Carvalho, Michele Arrais Guedes, Izabela Apolinário da Costa, Vicente de Lima Neto, Pedro Fernandes de Oliveira Neto, Luciana Dantas Mafra, Gabrielle Leite dos Santos, obrigada por compartilhar conhecimentos conosco.

Por fim e não menos especial, em nome de Carlos, agradeço aos surdos que contribuíram para que pudéssemos fazer uma relação à teoria e prática, se disponibilizando a participar dos estágios, sem eles não teríamos realizado, vocês foram importantes nessa construção de conhecimento.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram, na realização deste sonho, a nossa sincera e profunda gratidão!

“A gaivota cresceu e voa com suas próprias asas.
Olho do mesmo modo como que poderia escutar.
Meus olhos são meus ouvidos. Escrevo do
mesmo modo que me exprimo por sinais. Minhas
mãos são bilíngues. Ofereço-lhes minha
diferença. Meu coração não é surdo a nada neste
duplo mundo...”

Emmanuelle Laborrit

RESUMO

A presente pesquisa tem como foco a relação sócio interacional entre professor e aluno surdo. Sendo assim, objetiva-se analisar a relação do professor e do aluno surdo nas aulas de língua portuguesa numa escola estadual de Ensino Médio de Campo Grande - RN. Objetivamos especificamente identificar as estratégias utilizadas pelo professor ouvinte de língua portuguesa na interação com o aluno surdo durante as aulas. Para a obtenção dos dados, realizamos um diário de campo e uma entrevista com professor (a) de Língua Portuguesa através de um questionário semiestruturados. A pesquisa é de natureza qualitativa interpretativa, adotando-se como procedimento a pesquisa de campo, e se pauta em um estudo bibliográfico prévio. Para a fundamentação, utilizamos autores que discutem a temática, como: Quadros (2006), Lacerda (2006) e Vigotsky (2007) e outros. O universo da pesquisa envolveu uma escola pública da cidade de Campo Grande – RN que atende especificamente o ensino médio, tendo um total de 378 alunos, sendo somente um aluno surdo, na qual é o sujeito desta pesquisa. Assim, o corpus se constitui das respostas do questionário sobre alguns aspectos metodológicos da aprendizagem e mais intensamente das interações professor ouvinte – aluno surdo. Como resultados, verificamos que a professora colaboradora possui uma ótima formação acadêmica, mas não teve nenhum contato com a Língua Brasileira de Sinais em sua graduação e reconhece suas limitações na interação com o aluno surdo por não conhecer Libras, ainda acrescenta que apesar da educação especial está na constituição, entretanto esse direito não vem sendo assegurado e o Estado tem agido com descaso.

Palavras-chave: Surdo. Interação. Aprendizagem. Libras.

ABSTRACT

The present research focuses on the socio-interactional relationship between teacher and deaf student. Thus, the aim of this study is to analyze the relationship between the teacher and the deaf student in Portuguese language classes at a secondary school in Campo Grande - RN. We specifically aimed to identify the strategies used by the listener teacher of portuguese language in the interaction with the deaf student during the lessons. To obtain the data, we performed a field diary and an interview with a Portuguese language teacher through a semistructured questionnaire. The research is of interpretive qualitative nature, adopting as procedure the field research, and is based on a previous bibliographic study. For the reasoning, we use authors who discuss the theme, such as: Quadros (2006), Lacerda (2006) and Vigotsky (2007) and others. The research universe involved a public school in the city of Campo Grande - RN that specifically attends high school, having a total of 378 students, being only a deaf student, in which is the subject of this research. Thus, the corpus is constituted of the answers of the questionnaire about some methodological aspects of learning and more intensely of the interactions teacher listener - deaf student. As results, we verified that the collaborating teacher has an excellent academic formation, but she did not have any contact with the Brazilian Sign Language in her graduation and recognizes her limitations on interaction with the deaf student for not knowing Libras, still adds that despite the especial education be part of the brazilian constitution, this right has not been ensured and the state has acted with negligence.

Keywords: Deaf. Interaction. Learning. Libras.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CNE - Resolução do Conselho Nacional de Educação
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM - Parâmetros curriculares Nacionais do Ensino Médio
PPP – Projeto Político Pedagógico
PNE – Plano Nacional de Educação
TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecimento
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ZDP - Zona de Desenvolvimento Proximal

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1. Níveis do desenvolvimento na perspectiva da ZDP	18
Figura 2. Comunicação entre alunos surdos, intérprete e professores da escola	42

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
2. SOCIOINTERACIONISMO VYGOTSKIANO: PERSPECTIVA PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM	17
3. INCLUSÃO DO SUJEITO SURDO NO CONTEXTO DA SALA DE AULA POR DISPOSITIVOS LEGAIS.....	20
4. ENSINO/APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS ESCRITO PARA ALUNO SURDO	25
4.1 CONTEXTUALIZANDO A ESCRITA.....	25
4.2 AQUISIÇÃO DA ESCRITA DO SURDO.....	26
5. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	30
5.1 <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA.....	32
5.2 COLABORADORES DA PESQUISA.....	33
6. O QUE NOS DIZ O PROFESSOR SOBRE O PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO EM SALA DE AULA REGULAR	35
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS.....	50
ANEXO II.....	53
ANEXO III	55

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de ensino aprendizagem de maneira geral é um processo dialético, recíproco e delicado, pois envolve relações pensativas de caráter subjetivo nas esferas sociais, acadêmicas e pessoais dos envolvidos nesse processo, que são os professores e os alunos. Ou seja, a maneira que esse processo de ensino aprendizagem é conduzido depende dos interesses, das visões e das relações com o mundo e com o outro.

Esse fato ocorre em qualquer sala de aula, de qualquer disciplina ou professor. Na sala de aula que há a presença do aluno surdo não seria diferente, no entanto, para esse indivíduo que ganha destaque na presente pesquisa, deve-se ter um olhar diferenciado para suas especificidades linguísticas, educacionais e culturais. Ressaltamos que nossa intensão não é distinguir dos demais alunos, mas respeitar sua língua e cultura.

Dessa maneira, muitos são os temas que envolvem o campo da surdez, como: atraso na aprendizagem, dificuldade na comunicação, obstáculos nas relações social-educacional, entre outras, principalmente por que a maioria nasce em lar de pais ouvintes, trazendo consigo consequências no seu desenvolvimento global, preocupação com a aquisição da língua, se é oral ou gestual.

Diante disso, a pesquisa tem como tema: uma análise sócio interacional da relação professor/aluno surdo em sala de aula, com o objetivo geral de analisar a relação do professor e do aluno surdo nas aulas de língua portuguesa numa escola estadual de Ensino Médio de Campo Grande, e para alcançarmos esse objetivo, lançamos mão de dois objetivos específicos que consistem em, investigar como efetua-se o relacionamento comunicacional entre aluno surdo e professor ouvinte, como também, identificar as estratégias utilizadas pelo professor ouvinte de língua portuguesa na interação com o aluno surdo durante as aulas. Infelizmente em nossa rede pública estadual do município de Campo Grande - RN, ainda não conta com professores de Língua Brasileira de Sinais, doravante Libras.

Souza & Góes (1999) mostram que a inclusão do sujeito surdo está sendo realizada por professores e/ou profissionais da educação que não estão preparados ou desconhecem a Libras, e as reais condições bilíngues do surdo. Dessa forma, é importante que professores e alunos busquem construir atividades que solucionem as necessidades do aluno surdo, pois é fundamental que os professores conheçam seus discentes, para assim, serem capazes

de terem uma ideia do que poderá ser feito, não olhando para a deficiência, mas para o que possuem de melhor, para que assim, aconteça essa interação que é de suma importância no processo de ensino/aprendizagem. O importante não é a deficiência, mas, como o aluno demonstra seu processo de desenvolvimento.

Nossa questão norteadora consiste em como se dá a relação do professor e do aluno surdo nas aulas de língua portuguesa numa escola estadual de Ensino Médio de Campo Grande? Ela surgiu no decorrer do estágio não obrigatório, no qual ensinávamos Libras para turmas de alunos ouvintes, sendo que havia a presença de um aluno surdo, a partir da presença daquele aluno surdo, pudemos perceber muitos desafios que se colocam naquele contexto, tais como: escolas que não estão preparadas para receber alunos surdos, famílias desinformadas que não buscam seus direitos e alunos inseridos no contexto da inclusão, mas que a realidade é totalmente diferente, pois muitas vezes o processo inclusivo é confundido com a inserção do aluno com deficiência na escola.

Compreendemos como processo inclusivo aquele que a escola permite ao aluno com deficiência participar e ser sujeito ativo em tudo que a escola oferece. Inclusão não consiste apenas em ter o aluno com deficiência na escola como espectador, mas como sujeito participante. Percebemos que alguns professores fingem que ensinam e alunos que aprendem e assim vemos esses discentes passando de um ano para outro sem aprendizagem.

Diante do que foi mencionado, percebemos a importância de um trabalho voltado para essa perspectiva inclusiva de fato e de verdade, já que a aprendizagem é indispensável para todo e qualquer indivíduo e com o surdo não é diferente, pois é assegurado como direito previsto pelo Decreto nº 5.626/05, que além de regulamentar a Lei nº 10.436/02 e o artigo 18 da Lei nº 10.098/00 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e sua inclusão nas escolas, ofertando ao surdo o direito de conhecer sua Língua natural, a Libras, além disso, de ser acompanhado por um tradutor/intérprete nas conversações entre ouvintes e surdos no contexto escolar.

Nesta pesquisa abordaremos o papel da interação no contexto escolar e sua relevância para a aprendizagem, pois entendemos que ambas ocorrem por meio da linguagem e que a aprendizagem se dá pelas interações. Na aprendizagem é relevante que haja uma interação social e uma mediação do outro. Sendo assim, é fundamental a interação professor - aluno surdo para que aconteça êxito no processo ensino aprendizagem. Uma escola que se baseia no processo de interação está construindo um

ambiente de valorização e respeito, na qual pensam em grupo. A surdez precisa ser compreendida como uma diferença linguística e cultural e isso não impossibilita os sujeitos surdos de serem inseridos socialmente e educacionalmente, assim como os sujeitos ouvintes possuem seus direitos garantidos.

Portanto, a relevância dessa pesquisa consiste em sensibilizar as escolas que atendem alunos com deficiência, especialmente os surdos e os docentes que atuam com esses alunos em sala de aula regular, a proporcionar acessibilidade de comunicação, estratégias de ensino adaptadas para sua formação e seja alcançada a inclusão tão almejada pelas políticas públicas de educação.

Para uma melhor estruturação e compreensão desse trabalho, ele foi dividido em cinco partes, sendo a primeira estas *considerações iniciais*, no segundo momento, descrevemos a fundamentação teórica, onde discutiremos sobre o *Sociointeracionismo Vigotskiano: Perspectiva para o ensino/aprendizagem*, no qual está subdividido entre tópicos e subtópicos, discorreremos sobre a relevância da interação no ensino e aprendizagem segundo a teoria de Vygotski, a ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal), em que a criança se desenvolve a partir das interações com o professor e os alunos mais desenvolvidos. Além de abordar a inclusão do sujeito surdo em sala de aula e o ensino/aprendizagem de português escrito para aluno surdo.

O terceiro momento, trazemos o *percurso metodológico da pesquisa*, esta subdividido em *lôcus e colaboradores da pesquisa* destacando o tamanho da amostra e o cenário da investigação. No quarto momento apresentamos a análise dos dados coletadas na pesquisa, intitulada de: *o que nos diz o professor sobre o processo ensino e aprendizagem do aluno surdo em sala de aula regular*. Por fim, apresentamos as *considerações finais*, na qual iremos responder se houve compreensão em relação ao problema investigado ou se surgiu outros problemas, ou seja, será um resumo do resultado da nossa pesquisa.

2. SOCIOINTERACIONISMO VYGOTSKIANO: PERSPECTIVA PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM

Nesta seção, discorreremos sobre a importância das interações na perspectiva ensino/aprendizagem, já que a aprendizagem se dá por meio das interações, usaremos como base teórica as concepções de Vygotski. O autor ressalta em seus estudos a importância da linguagem no desenvolvimento do homem, oportunizando a comunicação social do sujeito.

Dessa maneira, acreditamos ser relevante uma breve discussão sobre o que é linguagem, quais suas características e implicações na vida dos indivíduos. A linguagem é um fenômeno humano e, conseqüentemente, está intimamente relacionada com práticas sociais. Logo, quando perguntamos pelo significado, é fundamental considerarmos o que as pessoas estão fazendo quando usam a linguagem.

De acordo com Vygotski (1994), é por meio da linguagem que ocorre a comunicação entre crianças e pessoas que se relacionam, no entanto, a relação professor-aluno na busca da aprendizagem como processo de construção de conhecimento, é mais amplo, e não pode ser estabelecida como recurso comunicativo ou cognitivo. “O crescimento intelectual da criança depende de seu domínio dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem”. (VYGOTSKI, 1993, p.44).

A linguagem é indispensável para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Vale ressaltar que segundo Vygotski (2007), aprendizado não é desenvolvimento, mas ambos estão interligados. “[...] Aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento, que de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”. (VYGOTSKI, 2007, p. 103). Dessa maneira, o professor assume o papel de mediador.

Para Vygotski (2007) o desenvolvimento se apresenta em dois níveis, o real e o potencial; o primeiro representa aquilo que a criança pode realizar sozinha, e o segundo o que ela só conseguirá com a ajuda de outra pessoa mais capacitada ou realizará através da imitação. Dessa forma, aprendizagem escolar tem relação com a mediação do professor com o discente, encorajando-o para novos conhecimentos e, por conseguinte, o desenvolvimento. Desse modo:

[...] se pauta pela concepção de que a emergência de novas estruturas cognitivas e linguísticas – e as correspondentes competências intelectuais e afetivas – decorre das mediações semióticas. A criança desenvolve novas competências por causa da aproximação dos outros sociais, esses outros entendidos, por um lado, como as novas apropriações semióticas (linguagem fundamentalmente) que a criança faz no grupo cultural, e, por outro, o adulto ou o par mais desenvolvido como mediador das novas competências. (BEYER, 2006, p. 12).

Assim, percebemos a relevância que o professor possui ao mediar o ensino/aprendizagem. Além disso, proporcionar momentos em grupos de alunos com níveis diferenciados de conhecimentos, oportunizando uma troca de conhecimento. Segundo o autor é na pré-escola que crianças encontram ricas oportunidades de interação, assim, aprendizado e desenvolvimento estão interligados desde o nascimento, dessas duas ações surgem as Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP), segundo Vygotski (2007) a ZDP, determina as funções que ainda precisam aperfeiçoar, estão em processo de maturação, ou seja, se aperfeiçoaram. Podemos compreender melhor os níveis que integram o desenvolvimento da ZDP na figura abaixo:

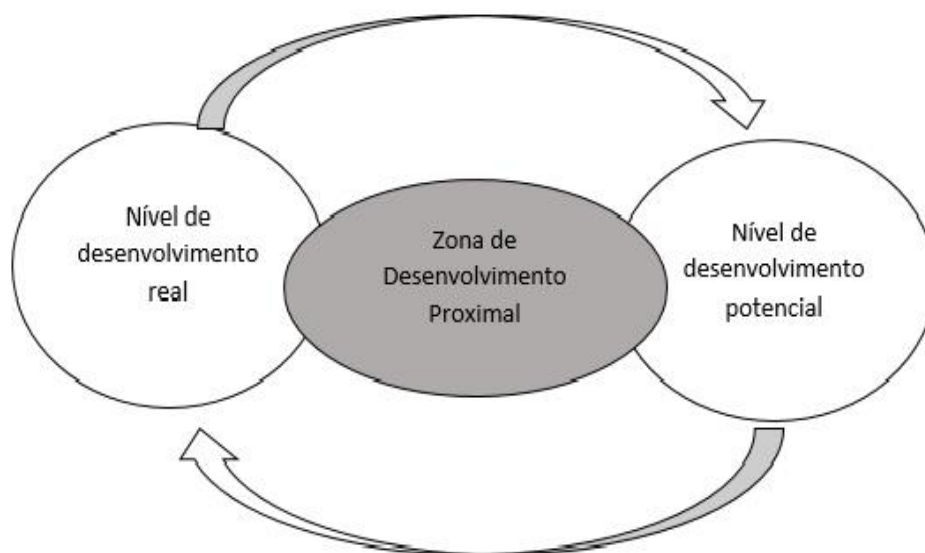


Figura 1: Níveis do desenvolvimento na perspectiva da ZDP.

Fonte: Figueiredo (2019, p. 43)

Vygotski (2007) aponta que “o nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente” (VYGOTSKI, 2007, p. 98). O desenvolvimento prospectivo na área da educação necessita da colaboração de outro

sujeito para se consolidar. Corroborando para o entendimento de ZDP, Fichtner (2010, p.65) cita:

A “zona de desenvolvimento proximal” refere-se ao caminho que o indivíduo percorrerá para desenvolver novas funções. Assim, a zona apresenta uma área em constante transformação, uma área de problemas, de insegurança, de perspectivas novas e, ao mesmo tempo, desconhecidas para o indivíduo.

Assim, “zona do desenvolvimento proximal” é o caminho que a criança percorre hoje e refletirá no seu desenvolvimento no futuro, um diálogo entre seu presente e o seu futuro, a criança passara por transformações a partir do conhecimento que já possui, com o que ainda virá realizar.

Sendo as interações sociais entre grupos heterogêneos imprescindíveis para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, quanto mais a criança participar de grupos, melhor será o seu desenvolvimento. Desse modo, o espaço escolar tem um papel relevante na vida social do aluno, estimulando seu relacionamento com os demais, facilitando ao docente disponibilizar atividades desafiadoras, sendo o professor um mediador no desenvolvimento social, emocional e linguístico.

Após essa discussão sobre a relevância das interações numa perspectiva vygotskiana para o processo de ensino/aprendizagem dos indivíduos, acreditamos ser interessante conversarmos sobre como ocorre à inclusão do sujeito surdo a partir dos dispositivos Legais, visto que há leis que visam assegurar o acesso e a permanência desses alunos em sala de aula, o que não é garantia de que o discente surdo consiga desenvolver-se nos dois níveis apontados por Vygotsky, que são eles o real e o potencial.

3. INCLUSÃO DO SUJEITO SURDO NO CONTEXTO DA SALA DE AULA POR DISPOSITIVOS LEGAIS

O Brasil ao longo dos anos, vêm implementando Leis que tornam a educação um direito de todos, como também, visa garantir uma educação de qualidade. A partir da década de 70 foi criada a Lei que discute o ensino sistematizado para todos, pois até esse período as escolas não eram frequentadas pelas classes mais baixas devido a política educacional ser feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil e pela Igreja Católica.

No Brasil, os atendimentos para pessoas com deficiência iniciaram, somente a partir do século XX com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Essa declaração dava direitos a essas pessoas a terem uma vida normal, sem que haja discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade ou por qualquer outro motivo (como religião e opinião política), tendo liberdade de expressão, direito à vida, à igualdade perante a lei, a educação entre outras. Neste sentido, há diversos documentos que norteiam as políticas da educação especial e concomitantemente a educação inclusiva, estes documentos são a premissa para a seguridade e cumprimento da inserção do indivíduo com deficiente na escola.

A Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 – dispõe Política Nacional Para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Ela estabelece normas gerais para assegurar os direitos das pessoas portadoras de deficiência, e sua efetiva integração social. As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade.

Já a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais conhecida como LDB, é a mais importante Lei brasileira que se refere à educação. Esta Lei foi aprovada em dezembro de 1996, sendo composta por 92 artigos que versam os mais diversos temas da educação brasileira, desde o Ensino Infantil até o Superior. Estabelece que todo cidadão brasileiro tem direito ao acesso gratuito do Ensino Fundamental até ao Ensino Médio. Apresenta ainda, diretrizes curriculares básicas e aponta funções e obrigações dos profissionais da educação (professores, diretores, etc.).

A Lei nº 3.298, de 20 dezembro de 1999, institui Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. No artigo 2º deixa claro que essa Lei

assegura à pessoa portadora de deficiência os direitos básicos como: educação, saúde, trabalho, desporto, turismo, lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros, que decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

No que concerne a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, está relacionado à aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE foi aprovado em 26 de junho de 2014 e terá validade de 10 anos. Esse plano estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação, com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. Com força de lei, o PNE estabelece 20 metas a serem atingidas nos próximos 10 anos. Essas metas abrangem todos os níveis de formação, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, garantindo foco em questões especialmente importantes (como a educação inclusiva, o aumento da taxa de escolaridade média dos brasileiros, a capacitação e o plano de carreira dos professores), além de aspectos que envolvem a gestão e o financiamento desse imenso projeto.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 02, de 11 de setembro de 2001 – institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Essa lei dispõe as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, promovendo o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Nesse contexto, consta na LDB, Lei 9.394/96 especialmente o capítulo II, Art. 2 que “A educação, é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. As leis são importantes, pois fazem ser respeitados os direitos das pessoas que precisam de um atendimento especializado.

Outro ponto relevante da inclusão, é o reconhecimento da Libras como meio Legal de comunicação e expressão, a Língua Brasileira de Sinais-Libras e outros recursos de expressão a ela associados, segundo a Lei Federal Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002

Art. 1º, garantindo ao surdo o pleno desenvolvimento da comunicação e suas relações sociais e interpessoais.

Diante disso, a inclusão da pessoa com deficiência, no âmbito escolar é um tema que muito se tem discutido na nossa atualidade, no entanto, para que se faça acontecer, é preciso que todo o corpo docente e demais profissionais estejam envolvidos trabalhando em equipe para que o aluno se sinta inserido, garantindo seu desenvolvimento dentro da escola.

Para isso, faz-se necessário percorremos alguns trajetos como: adaptação curricular, ensino bilíngue e profissionais qualificados na área para assegurar o acesso e a permanência do aluno em sala de aula, ou seja, é necessário não só incluir o aluno fisicamente, mas buscar estratégias para que haja interação professor/aluno e, por conseguinte, aprendizagem. Conforme mostra o parecer a seguir a Educação Inclusiva.

[...] não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (BRASIL, 2001, p.12 apud SAMPAIO, 2012, p.24).

Desse modo, a inclusão escolar consiste em permitir que o discente desenvolva suas capacidades físicas, sociais e psicomotoras, relacionando-se com os demais alunos e docentes. É preciso que o aluno surdo, tenha total acesso a tudo que a escola oferece, para isso, o professor recorrerá as estratégias diversas como (jogos, brincadeiras, vídeos, imagens e etc.) para trabalhar os conteúdos em sala de aula, eliminando as barreiras existentes na comunicação.

Quadros (2006) apresenta uma diversidade de jogos para serem desenvolvidos com alunos surdos como: jogo de memória, sacos das novidades, saco surpresa, mesas diversificadas entre tantos outros, com esses jogos o professor poderá realizar uma diversidade de atividades. “Cada situação de aula exigirá um material diferente e cada profissional precisará explorar sua própria iniciativa, criatividade e habilidades para “inventar” o recurso adequado à sua realidade naquele determinado momento” (QUADROS, 2006, p. 99).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996), estabelece que os sistemas de ensino, deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa

especial na sala de aula. No entanto, uma grande maioria não se encontra preparado para receber alunos surdos no sistema regular de ensino. No que diz respeito à educação inclusiva da criança surda, Lacerda (2006, p. 167) afirma que:

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas.

De acordo como o Decreto nº 5.626/05, “as pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta a sua plena formação”. Assim, é de suma importância que se desenvolva a L1¹ (Libras), juntamente com a L2² (Português escrito) criando-se uma relação entre a educação inclusiva e os pressupostos do bilinguismo, para que o surdo seja incluso igual ao ouvinte, adquirindo uma formação adequada. Desse modo:

No Brasil, o direito das crianças surdas a uma educação bilíngue é garantido pelo Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Este documento estabelece que deva ser ofertada obrigatoriamente aos alunos surdos, desde a educação infantil, uma educação bilíngue na qual a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – é a primeira língua e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, é a segunda. (Pereira; Vieira, 2009, p. 65).

Assim, percebemos a necessidade do ensino da segunda língua, em sua forma escrita, por ter uma relação existente entre cidadania e competência comunicativa, desse modo, o surdo terá o mesmo desenvolvimento cognitivo-linguístico semelhante ao verificado na criança ouvinte. Para que isso aconteça é importante a presença de profissionais que compartilhem a mesma língua, a língua de sinais. Dessarte, ao abordarmos o tema educação na perspectiva de inclusão, deveremos articular estratégias e ações que possibilitem igualar as oportunidades de aprendizagem para todos independente de sua necessidade, sempre valorizando e respeitando a diversidade. Sendo assim, as particularidades dos surdos não podem ser barreiras para sua inclusão na sala de aula regular, como podemos ver em Rosa (2003, p. 236).

¹O termo L1, refere-se a língua materna ou primeira língua do indivíduo.

² O termo L2, refere-se a qualquer língua aprendida após a primeira língua do indivíduo, conhecida como segunda língua.

A aceitação da diferença favorece a inclusão, uma vez que ela deve acontecer de forma que a sociedade ouvinte reconheça nos surdos a mesma capacidade de comunicação linguística e a mesma potencialidade para realizações e participação em tarefas sociais comuns nos dois grupos.

Desse modo, as escolas precisam estar preparadas, com metodologias de ensino que possam contribuir na sua vida escolar, possibilitando a participação nas atividades propostas. Segundo Quadros (2006), é interessante explorar o espaço-visual, o professor precisa desenvolver atividades em língua de sinais, para que o aluno aprenda uma segunda língua. “Através da língua, as crianças discutem e pensam sobre o mundo” (QUADROS, 2006, p. 28). É necessário estabelecer um olhar voltado ao surdo, com atividades de exploração das configurações de mãos, produção de estórias utilizando configurações de mãos específicas, produção de estórias sobre pessoas surdas e ouvintes, jogos de perguntas e respostas observando o uso dos itens lexicais e expressões não manuais correspondentes entre outros, ou seja, disponibilizar atividades que envolvam a criança no processo de alfabetização como autora do próprio processo. Assim:

As relações cognitivas que são fundamentais para o desenvolvimento escolar estão diretamente relacionadas à capacidade da criança em organizar suas idéias e pensamentos por meio de uma língua na interação com os demais colegas e adultos. O processo de alfabetização vai sendo delineado com base neste processo de descoberta da própria língua e de relações expressadas por meio da língua. (QUADROS, 2006, p. 28)

Portanto, inclusão escolar é propiciar espaços onde as diferenças se façam presentes, lugar em que se trocam experiências, sem que os aspectos cognitivos sejam prejudicados, escolas que pensem propostas de atividades significativas para ambas as comunidades, surdas e ouvintes, que desenvolvam os aspectos (linguísticos, sociais, afetivos, de identidade), fundamentais para seu desenvolvimento em sociedade.

Assim, posterior a essa exposição dos dispositivos legais que asseguram alguns direitos dos educandos surdos, no próximo tópico conversaremos sobre o processo de ensino aprendizagem de português escrito como segunda língua, a fim de compreendermos como se dá o processo de interação do surdo com a segunda língua, nesse caso, o português escrito.

4. ENSINO/APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS ESCRITO PARA ALUNO SURDO

4.1 CONTEXTUALIZANDO A ESCRITA

Ao longo de toda a história da humanidade, o ato de escrever tem exercido um importante papel na formação da sociedade. As pessoas que possuem essa aptidão conseguem se relacionar melhor no meio social, dessa forma, exercendo a função de dominância sobre aqueles que não as possuem. Tendo em vista o avanço tecnológico, a prática da escrita tornou-se abundante no nosso cotidiano, no entanto, por mais corriqueiro que seja, essa tarefa não é tão fácil de ser desenvolvida de forma satisfatória. De acordo com Antunes (2003, p.54):

[...] elaborar um texto é uma tarefa cujo sucesso não se completa, simplesmente, pela codificação das ideias ou das informações, através de sinais gráficos. Ou seja, produzir um texto não é uma tarefa que implica apenas o ato de escrever. Não começa, portanto, quando tomamos nas mãos papel e lápis. Supõe, ao contrário, várias etapas, interdependentes e intercomplementares, que vão desde o planejamento, passando pela escrita propriamente, até o momento posterior da revisão e da escrita.

Assim, a prática da produção textual necessita sempre de um planejamento meticuloso, para escrever um texto capaz de atingir o propósito desejado no momento de sua elaboração. A escrita vem se tornando algo cada vez mais indispensável para o ensino e aprendizagem, desse modo, percebemos que é a partir do texto que o indivíduo irá apresentar domínio na escrita, bem como a capacidade de expor de maneira clara suas ideias.

Atualmente percebe-se nas escolas, nas redes sociais, como também em reportagens sobre redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) um grande número de pessoas que se diz ter aprendido a prática da escrita, mas que na realidade, possuem apenas o domínio de um conjunto de técnicas para executá-la, “não incorporaram os usos da escrita, não se apropriaram plenamente das práticas sociais da leitura e da escrita” (SOARES, 2006, p. 23). Um grande problema é que essas pessoas não fazem uso de leitura dos mais variados tipos de textos, como os encontrados em jornais, em revistas informativas, artigos, entre outros, facilitando assim, seu desenvolvimento na escrita, uma vez que, para se produzir bons textos é necessário ser um bom leitor. Assim, a leitura complementa a escrita:

[...] para escrever bem, é preciso, antes de tudo, ter o que dizer, conhecer o objeto o qual vai discorrer. O grande tempo destinado à procura de dígrafos, dos encontros consonantais, à classificação das funções do QUE e outras questões semelhantes (pobres questões!) poderia ser muito mais aproveitada com a leitura e análise (diária!) de textos interessantes, ricos em ideias ou imagens, sejam eles literários ou não. (ANTUNES, 2003, p. 70).

Dessa forma, a leitura amplia o conhecimento, o vocabulário e nossas opiniões, nos tornando mais íntimos da escrita. Sendo assim, precisa-se trabalhar mais leitura e escrita e menos gramática, desenvolvendo alunos mais cultos. Partindo desse pressuposto, podemos questionar como grande problema a ausência de produções textuais em sala de aula, pois os educadores deveriam apresentar aos seus educandos uma diversidade de situações de escrita. Como afirma Dias (2011, p. 25):

Nossa tarefa como educadores seria abordar os mais variados tipos de textos em sala de aula, analisando as semelhanças e diferenças, a estrutura textual de cada um, vocabulário utilizado, buscando incentivar a leitura, a interpretação e a produção pelos próprios discentes dos mais variados portadores de textos existentes e utilizados em nossa sociedade.

Na visão de Dias (2011), fica claro que a tarefa do docente é estabelecer novas práticas que desenvolva a aprendizagem dos discentes, aprimorando seu domínio perante a escrita. Portanto, sabemos que a escrita representa um papel base para o ensino e aprendizagem dos alunos, diante disso, quanto mais cedo se der o processo de aprendizagem e incentivo a escrita, melhores resultados surgirão.

4.2 AQUISIÇÃO DA ESCRITA DO SURDO

A linguagem escrita se dá de forma diferente para surdos e ouvintes. “A língua que o surdo tem como legítima e usa não é a mesma que serve como base ao sistema escrito, por ser um sistema espaço-visual, portanto muito diferente do oral-auditivo” (SILVA, 2001, p. 48). Isso se dá por que a escrita não é a representação gráfica da Libras, a qual é a L1 para surdo, a escrita é reprodução gráfica do português falado, não significa que seja representação da fala, pois estas são modalidades distintas, cada uma desempenha um papel e tem valores sociais distintos. O português escrito é para o surdo uma segunda língua (L2) está com características oral auditiva.

Os surdos possuem dificuldades na escrita, por não ser trabalhados desde cedo essa modalidade com eles, assim como um ouvinte também tem dificuldade ao sinalizar, devido à falta constante do contato com a língua de sinais, pelo fato de serem línguas diferentes, uma é oral-auditiva (Língua Portuguesa) e a outra gestual-visual (Libras). Da mesma forma que as crianças ouvintes, as surdas precisam ainda na infância terem contato com práticas de escrita, esse contato deve ser através da sua língua materna, a língua de sinais. Para que o aluno surdo sinta o desejo de escrever é necessário que o professor incentive a familiarização com materiais escritos. “Para uma criança inserir-se no universo do letramento, ela precisaria ter um convívio efetivo com a leitura, e por meio deste convívio apropriar-se do sistema de escrita. (LEBEDEFF, 2005). É relevante destacar que o surdo usuário da língua de sinais ao se apropriar da escrita em língua portuguesa, escreve na estrutura gramatical da Libras.

Logo, devemos nos perguntar, como o professor está desenvolvendo essa prática em sua sala de aula? Ele estimula seus discentes a escrever? Sua metodologia é eficaz? O papel do docente é sempre buscar inserir seus discentes no universo da escrita, mostrando a eles a importância que essa modalidade possui tanto para sua vida pessoal, quanto profissional, é interessante que essa inserção ocorra de maneira prazerosa para que seus alunos sintam o desejo de produzir textos, preferencialmente, com um pensamento crítico.

Segundo Figueiredo (2019), é pertinente o professor trabalhar produções textuais de forma colaborativa, onde alunos surdos e ouvintes interagem, assim, ocorrendo aprendizagem de língua entre ambos. Figueiredo (2019, p. 69) “observou que as produções textuais escritas de forma colaborativa pelos alunos surdos apresentaram uma quantidade menor de erros, pois os alunos podiam, juntos, tirar dúvidas sobre a forma como o sinal é produzido em libras e refletir sobre sua produção”.

A escrita tem sido trabalhada nas escolas como uma maneira de aprender as normas gramaticais, onde os professores utilizam metodologias de memorização dessas normas, é “uma gramática, fragmentada, de frases inventadas, da palavra e da frase isoladas, sem sujeitos interlocutores, sem contexto, sem função: frases feitas para servir de lição, para virar exercício” (ANTUNES, 2003, p.31). Dessarte, é necessário que o docente procure desenvolver a escrita do aluno surdo através do conhecimento de mundo, em vista disso, os discentes poderão contextualizar e dá sentido ao texto, deixando de ser apenas decodificadores. Lodi (2015, p. 239) expressa que:

[...] é necessário que se mude a concepção de escrita que ainda predomina na maior parte das instituições que atendem surdos no Brasil. Continua a prevalecer uma preocupação em vocabulários, codificação e decodificação dos mesmos, sendo atribuída pouca ou nenhuma importância aos usos da escrita enquanto práticas sociais mais amplas.

Nesse sentido, a linguagem deve ser desenvolvida de forma que haja interação entre os indivíduos, seja eles surdos ou ouvintes, é a troca de informações entre interlocutores, aluno/professor e/ou surdo/ouvinte, igualmente ocorre quando os surdos precisam da ajuda de um ouvinte para traduzir um texto de Libras para o português, e vice-versa, é dessa forma, discutindo e trocando experiências, dando importância as práticas sociais que se dá o processo de letramento. “A interação em sala de aula de L2/LE proporciona aos alunos oportunidades tanto de recepção de *input* quanto de produção de *output*³. Ao produzirem, eles podem testar hipóteses, refletir sobre a língua, perceber o que já sabem e o que ainda têm de aprenderem”. (FIGUEIREDO, 2019, p.61).

Quando se ensina o português tradicionalmente, os alunos surdos saem prejudicados, pois esse tipo de alfabetização é pautado na oralidade e junção entre fonema e grafia, enfatizando a aprendizagem da codificação e decodificação de letras, números, sons e palavras, gerando alunos sem autonomia, reprodutores de textos mecânicos. Sendo assim:

Num estágio inicial de produção escrita o mais importante é que a criança surda consiga expor o seu pensamento, portanto não é necessário haver, num primeiro momento, uma preocupação exagerada com a estruturação frasal na língua portuguesa. Isto se dará mais adiante, quando a criança já estiver mais segura para se “arriscar” no mundo da escrita (QUADROS, 2006 p. 43).

Desse modo, o professor precisa usar atividades atrativas, levando o aluno a sentir vontade de escrever o que está pensando naquele momento, a partir do que se é observado num primeiro contato, o professor analisa, planeja ou adapta criando outras atividades que serão desenvolvidas em um segundo momento como o indivíduo surdo. “[...] Por meio do uso de jogos, os aprendizes poderão refletir sobre a língua que estão aprendendo, bem como trabalhar vários aspectos da língua em questão, tais como pronuncia, gramática, vocabulário, sintaxe etc. (FIGUEIREDO, 2019, p.76). Os Jogos proporcionam interação

³ Output é compreendido como a produção linguística, seja oral ou escrita, em oposição a input (Figueiredo, 2019, p. 61).

entre os discentes e com o professor, é o momento que torna a aprendizagem de língua mais apreciável.

Diante do que foi mencionado, é importante o surdo ter o contato desde cedo com a língua portuguesa, mas para que o aprendizado e o desenvolvimento aconteçam de forma mais eficiente é necessário o uso da Língua de Sinais como L1, valorizando a língua natural do sujeito surdo e tornando-o bilíngue.

5. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A metodologia dessa pesquisa é de natureza qualitativa interpretativa, adotando-se como procedimento a pesquisa de campo, e é pautada em um estudo bibliográfico prévio, tendo como objetivo geral analisar a relação do professor e do aluno surdo nas aulas de língua portuguesa, numa escola estadual de Ensino Médio de Campo Grande/RN. E para alcançarmos nosso objetivo geral, temos como objetivos específicos, investigar como efetua-se o relacionamento comunicacional entre o aluno surdo e o professor ouvinte e identificar as estratégias utilizadas pelo professor ouvinte de língua portuguesa na interação com o aluno surdo durante as aulas.

Dessa maneira, apoiamo-nos em Chizzotti (1991, p. 78), o qual afirma que “a pesquisa qualitativa é uma designação que abriga correntes de pesquisa muito diferentes”. Godoy (1995) refere-se à pesquisa qualitativa enfatizando a perspectiva integrada, em que o pesquisador vai a campo objetivando colher informações a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas. Enquanto que o “[...]Estudo de campo, estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes. Dessa forma, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação” (GIL, 2002, p. 53).

Diante disso, averiguaremos como é a relação professor/aluno surdo nas aulas de Língua Portuguesa, numa escola estadual de Ensino Médio de Campo Grande, RN. A pesquisa será realizada com um aluno surdo do primeiro ano do ensino médio, e um professor ouvinte graduado em Língua Portuguesa.

O desejo de realizar esta pesquisa surgiu durante o estágio não obrigatório, no qual ensinávamos Libras para turmas de alunos ouvintes, sendo que havia também a presença de um aluno surdo. Dessarte, sentimos o anseio de aprofundar nossa pesquisa para entendermos como se dá a aprendizagem desse aluno, já que a escola ainda não possui profissionais fluentes em Língua de Sinais (Professor de Libras, Intérprete-ouvinte e Instrutor- Surdo). Sendo que esse estágio aconteceu em uma escola municipal na cidade de Campo Grande/RN e a pesquisa aconteceu em uma escola estadual na referida cidade.

Assim, amadurecemos a ideia a partir das discussões na disciplina de pesquisa aplicada à língua e literatura, no qual nos oportunizou refletir e teorizar sobre o processo sócio interacional da relação professor/aluno surdo nas aulas de língua portuguesa. Por conseguinte, partimos de uma fonte direta para coleta de dados. Neste caso, utilizamos

como instrumento, entrevista semiestruturada, pela qual reunimos as informações desejadas, da realidade do campo investigado, como também fizemos uso do diário de campo para podermos fazer um confronto das respostas obtidas pelo professor com a realidade em sala de aula.

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado. (GIL, 2002, p. 53)

Dessa forma, os resultados tendem a ser mais verídicos, tornando maior a possibilidade de os sujeitos participantes da pesquisa apresentarem respostas mais verdadeiras, devido o pesquisador se encontrar presente. Foram elaboradas questões com perguntas abertas, na qual o sujeito investigado pode dissertar sobre suas estratégias de ensino e interação nas aulas de Língua Portuguesa para alunos surdos. Ao organizarmos o questionário, escolhemos alguns pontos relevantes para melhor desenvolvimento do trabalho, como a elaboração de questões:

1. Poderia nos contar um pouco sobre sua formação educacional?
2. Quais percepções têm sobre a inclusão de alunos surdos em sala de aula?
2. Já havia lecionado antes para algum aluno surdo? Como ocorria o processo de interação?
3. Descreva sobre o processo metodológico utilizado por você, para facilitar o aprendizado desse aluno surdo?
4. Com relação aos profissionais tradutores/interpretes, nos conte como acontece essa interação com os professores?
5. A escola utiliza de meios que facilitam o aprendizado dos alunos surdos?
6. Existe algum plano pedagógico ou parceria com algum profissional da área de Libras, que ajudem as famílias a entenderem o processo de alfabetização desse aluno surdo?

No decorrer das observações sentiu-se o anseio em realizar uma pequena entrevista com o aluno surdo para sabermos seu ponto de vista em relação sua aprendizagem em sala de aula de ensino regular, como tem sido depois da presença do interprete. Assim elaboramos as seguintes questões:

1. Relate como é a interação dos professores com você. Usam metodologias que favoreçam seu processo de ensino aprendizagem, ou seja, usam algum suporte pedagógico visual tais como: imagens para facilitar, power point, material adaptado entre outros?
2. Após a chegada do tradutor intérprete melhorou a sua interação com o professor, seu processo de ensino aprendizagem melhorou?

A coleta de dados ocorreu através do questionário e do diário de campo, a partir de visitas à escola envolvida na pesquisa, conversamos com o diretor e a coordenação pedagógica, a quem explicamos o objetivo da nossa pesquisa. Com a permissão, baseado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelo professor, responsável pelo aluno e o representante/gestor da escola, fomos assistir algumas aulas, no total de 5 encontros e aplicamos o questionário, a partir das visitas e das respostas dos colaboradores partimos para as análises dos dados.

Nesses encontros pudemos observar que o professor colaborador se sentiu um pouco constrangido por não ter um domínio na comunicação com o aluno surdo, mas foi de suma importância para nossa pesquisa observar como realmente acontece o ensino/aprendizagem desse aluno. Durante os encontros, foram feitas as observações no diário de campo, e no decorrer foi solicitado ao professor colaborador responder as questões norteadoras. As questões foram entregues ao final do terceiro encontro e deixamos livre para responder e escolher o ambiente que ele achasse mais confortável.

Desse modo, foi levado para casa e no encontro seguinte foi entregue. Com todos os dados obtidos partimos para análise dos dados. A aplicação do questionário permitiu conhecermos as percepções que o docente tem sobre a inclusão do aluno surdo em sala de aula regular, além disso, sua opinião em relação à interação professor ouvinte e aluno surdo, ou seja, como esse professor tem desenvolvido seu processo metodológico para o ensino aprendizagem desse aluno.

5.1 LÓCUS DA PESQUISA

A escola participante da pesquisa é uma entidade mantenedora da rede estadual, especializada em Ensino Médio da cidade de Campo Grande, RN. A escola é de médio porte, prédio construído especialmente para funcionar como escola. Atende nos turnos: matutino, vespertino e noturno. Possui (05) cinco turmas do primeiro ano, (04) quatro turmas do segundo ano e (03) turmas do terceiro ano, atendendo ao público de 378 alunos.

A turma a qual o sujeito colaborador está inserido possui 38 discentes, todos ouvintes, exceto o aluno que faz parte da pesquisa.

Atualmente a referida escola, utiliza-se como referência, para elaboração da sua proposta de trabalho, a base legal que assegura o direito à educação, os Parâmetros curriculares Nacionais do Ensino Médio PCNEM, as diretrizes curriculares e as orientações curriculares para o Ensino Médio – documentos utilizados como norte no planejamento educativo, pois apontam caminhos para construção do conhecimento e conquista da cidadania.

As ações desenvolvidas nesta escola buscam atender estas expectativas através da preparação básica necessária ao desenvolvimento intelectual e ao exercício da cidadania como mostra em seu documento basilar, o (PPP) – Projeto Político Pedagógico. Mas o PPP está em processo de reformulação, será atualizado de acordo com a (BNCC) – Base Nacional Comum Curricular.

5.2 COLABORADORES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa é um aluno surdo e uma professora ouvinte de Língua Portuguesa. O aluno tem 16 anos de idade, filho de pais ouvintes e sempre frequentou escola pública em sala de aula comum, dificultando sua aprendizagem por que ele só conhecia sinais caseiros⁴ e os profissionais não terem conhecimento na área de língua de sinais e sobre as especificidades da cultura surda. Em 2014, aos 11anos se mudou para o Rio de Janeiro com sua mãe e lá teve seu primeiro contato com a Libras, mas somente o básico, em 2016 retornou a sua cidade natal, voltando novamente a estudar em escola regular e, por conseguinte passou a não ter mais acesso a sua língua natural.

Em 2017 iniciamos um projeto orientado por uma professora surda da UFERSA, tendo por nome “Professor de Libras nas Escolas: Formação Docente, Identidades, Culturas e Experiências”, no período de 10 de abril de 2017 a 15 de dezembro de 2017 onde inicialmente esse curso foi destinado somente para ele e seu irmão, logo após o termino deste, ministramos um segundo, tendo como público alvo toda a turma onde o mesmo estudava para que houvesse uma melhor interação entre os alunos ouvintes e o

⁴Sinais caseiros correspondem aos gestos ou construção simbólica inventados no âmbito familiar, onde é comum a constituição de um sistema convencional de comunicação entre mãe-ouvinte e criança-surda; a família acaba lançando mão desse recurso apesar de muitas vezes não aceitar a Língua de Sinais por pensar que esta atrapalhará a aprendizagem da fala do filho. (ALBRES, 2005, p. 4).

surdo, no período de 20 de abril de 2018 a 21 de setembro de 2018. Atualmente, no início de 2019 passou a ter direito a um intérprete, dessa forma, facilitou seu desenvolvimento no ensino/aprendizagem. Em casa a família não possui conhecimento da língua de sinais, então ele utiliza de sinais caseiros para se comunicar.

O professor (a) colaborador (a) é graduado (a) em Língua Portuguesa no ano de 2002, Especialista em Ensino de Língua Portuguesa em 2005 e Mestre Profissional em Letras-Língua Portuguesa em 2015, todos pela UERN. Atua somente na rede pública. É professor (a) da Rede Municipal desde o ano de 2002, há quase 17 anos, leciona o componente curricular de Língua Portuguesa e áreas comuns como Artes no Ensino Fundamental do 6º e 7º ano. Também leciona na única escola de Ensino Médio do município de Campo Grande/RN da Rede Estadual desde 2006 a disciplina de Língua Portuguesa para turmas de 1ª a 3ª series.

O professor (a) afirma não ter formação específica na área da surdez, como também não havia lecionado para alunos surdos em 17 anos de trabalho, esse ano tem sido a primeira experiência. Seu primeiro contato com Libras foi recentemente num curso de extensão Libras Básico pela UFERSA, ministrado por um aluno estagiário do curso de Letras-Libras, mas infelizmente não pode concluir. O professor (a) participante da pesquisa relata que antes da presença do intérprete a interação era prejudicada, justamente pela falta de preparo, a comunicação se dava quase que totalmente através da oralização⁵ e algumas expressões faciais e gestual⁶. Por uma questão de ética na pesquisa, preservaremos a identidade de ambos, para isso iremos usar nomes fictícios, Sara e Victor. A escolha dos nomes foi uma forma de homenagear os sobrinhos de uma das pesquisadoras. Ressaltamos que os colaboradores foram convidados a escolherem os nomes a serem utilizados na presente pesquisa, no entanto ambos colaboradores preferiram que as pesquisadoras escolhessem os nomes fictícios.

⁵Como consequências dessas práticas, os surdos não aprenderam a falar, exceto algumas palavras que eram repetidas de forma mecânica sem saber o que elas realmente significavam; não receberam uma educação efetiva resultando em milhões de surdos analfabetos. Os surdos que passaram por essa metodologia trazem marcas negativas, em suas vidas, até os dias atuais (STREIECHEN, 2012, p.17).

⁶Na Libras, a linguagem corporal e expressão facial é o que dá entonação a sinalização do surdo e contribui efetivamente para a significação dos sinais no ato da comunicação (GOMES, BENASSI, 2015, p.229).

6. O QUE NOS DIZ O PROFESSOR SOBRE O PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO EM SALA DE AULA REGULAR

Nesta sessão apresentamos e discutimos os dados encontrados na pesquisa, a partir das visitas realizadas na escola, nosso campo de pesquisa, onde tivemos 5 encontros na 1ª série do Ensino Médio, assistindo como acontece a interação entre professor ouvinte e aluno surdo no decorrer das aulas de Língua Portuguesa. Realizamos entrevistas semiestruturadas com o professor de Língua Portuguesa.

No decorrer da nossa pesquisa, observamos que no período de formação do docente ainda não era obrigatório a disciplina de Libras nos cursos de formação de professores. Sendo que sua graduação ocorreu em 2002 e somente em 22 de dezembro de 2005 a Libras passou a ser disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e fonoaudiólogos, segundo o Art. 3º do Decreto nº 5.626 por perceber a necessidade de oferecer profissionais qualificados para atender os surdos em sua formação. Como podemos observar no Art. 3º:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASÍLIA, 2005, p. 1).

Desse modo, verificamos que o sujeito participante da pesquisa não teve nenhum contato com a Língua Brasileira de Sinais em sua graduação, já que Libras ainda não era inserida no currículo de Língua Portuguesa. Outro ponto relevante sobre sua formação é que nem a especialização, nem seu mestrado é voltado para educação inclusiva, onde podemos ver em sua resposta:

Possuo graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, desde 2002. Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, também pela UERN, desde 2005 e Mestrado Profissional em Letras, também pela UERN, desde 2015 (SARA, 2019).

Percebemos que ela possui um ótimo currículo, uma sólida formação acadêmica e vasta experiência, mas todos voltados para sua área de formação, a Língua Portuguesa, sentimos a falta de alguma especialização voltada para área da educação inclusiva. Isso porque, estamos vivenciando uma educação onde o aluno independente da deficiência é assegurado por lei estar inserido na sala de aula de ensino regular. É relevante que os

profissionais no campo da educação comecem a pensar em formação voltado para educação inclusiva, e para educação de surdo. O docente precisa estar preparado para se deparar com diferentes realidades em sala de aula, interagir com o ouvinte e com o surdo.

Queremos dar um adendo sobre o que entendemos por educação inclusiva e educação bilíngue, estas se diferem devido a questões linguísticas, políticas e culturais. No que concerne à educação inclusiva, a compreendemos como a inserção de alunos com deficiência no contexto escolar com as adaptações necessárias tais como, estrutural, física e atitudinal por parte dos que compõe a escola. Assim:

Inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (SASSAKI, 1997, p. 3).

No que diz respeito a educação bilíngue, entendemos que respeita as especificidades da Libras e o jeito que o sujeito surdo aprende e apreende o mundo. De acordo com Lacerda (1998), ao reconhecer o bilinguismo, entendemos que os surdos aprendem a partir do que veem, isto é, através do canal visual, logo é necessário toda uma adaptação no material trabalhado, no conteúdo abordado, no método aplicado e na língua utilizada.

A partir das anotações do diário de campo, percebemos o quanto a professora é capacitada em sua área de formação, sempre buscando trabalhar o coletivo como os discentes, além de usar estratégias para instigá-los a participarem das aulas, mas justamente por não ter formação voltado para o campo da surdez, ficava a desejar a interação com o aluno surdo, desse modo, não era tão participativo nas aulas.

Diante do exposto questionamos a professora quais concepções ela tem sobre a inclusão de alunos surdos em sala de aula. Embora ela não tenha capacitação nem experiência nessa área, reconhece que a educação é um direito de todos e a educação especial está na constituição. A Constituição Brasileira de 1988 é o primeiro dispositivo legal a contemplar a educação de todos os “portadores de deficiência” no capítulo III, na seção I – Da Educação, no artigo 208, mais especificamente no item III identificamos o direito de: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, porém, é um direito que não vem sendo assegurado. Podemos corroborar com alguns trechos de sua resposta:

Está na nossa constituição. É Lei! [...], porém, é um direito que não vem sendo assegurado. O Estado, durante muito tempo, agiu com descaso quanto a colaborar com as condições necessárias para que, de fato, fosse efetivado esse direito. Matrículas não são sinônimos de direito garantido. É preciso muito mais... (SARA, 2019).

Sendo assim, efetivar a inclusão, não se trata apenas da permanência do aluno na escola, muito menos adaptar-se ao ambiente escolar, ao contrário, a escola e todo corpo docente precisa adaptar-se ao aluno, disponibilizar recursos didáticos, adaptação de matérias, adequação curricular, conhecimento sobre surdez e língua de sinais, o aluno surdo precisa encontrar na sala de aula as condições necessárias para aprender, além de um ambiente propício para seu desenvolvimento, facilitando o ensino e aprendizagem de todos. Segundo Lacerda (2000)

As recentes propostas educacionais desenvolvidas nas escolas não têm se mostrado realmente eficientes no trabalho com alunos surdos, uma vez que, após anos de escolarização, verifica-se que esses alunos ainda apresentam uma série de limitações, não sendo capazes de ler e escrever satisfatoriamente e não tendo um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos (LACERDA, 2000, p. 71).

Entendemos que muitos docentes da rede pública de Campo Grande não estão preparados para atuar com esse grupo de alunos, pois antes de darmos início a esta pesquisa fizemos uma pesquisa nas escolas estaduais para sabermos onde havia alunos surdos e quais professores atuavam com eles, e apenas a escola onde foi realizada a pesquisa havia a presença de um aluno surdo, quanto aos professores com quem conversamos, a maioria não tem formação na área ou poucas informações sobre surdo, surdez e língua de sinais, nada voltado para métodos de ensino para surdo⁷. Embora a lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, em seu capítulo VII, dispõe sobre a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, pressupõe que:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa

⁷Registro de diário de campo do pesquisador.

portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (BRASIL, 2000).

Entretanto, há quase duas décadas da existência dessa Lei, presenciamos nas escolas a falta de comunicação e interação entre professor ouvinte e aluno surdo, estando em desigualdade em sala de aula e sem garantia de aquisição dos conhecimentos trabalhados pelo professor, além de falta de capacitação para que os docentes possam contribuir para o progresso do aluno surdo. Um exemplo claro é o aluno colaborador que durante toda sua vida escolar permaneceu presente em sala de aula com professores que não entendiam sua língua, e ainda não entendem e só agora em 2019 o Estado disponibilizou o profissional tradutor intérprete para auxiliá-lo nas aulas⁸.

E no presente momento há uma discussão para saída de todos os tradutores/intérpretes de Libras contratados, podendo acontecer antes da volta do recesso de meio do ano. Ou seja, mais uma vez os alunos surdos do Estado do RN, poderão ficar sem acessibilidade linguística que é promovida quando há presença do tradutor/intérprete. As Leis de inclusão andam a passos de tartaruga⁹, enquanto isso, presenciamos crianças matriculadas nas escolas, como se fosse sinônimo de inclusão, como foi citado pela professora em sua resposta anteriormente. Assim:

Percebe-se então, que o maior desafio concernente a educação de surdos, não consiste na escassez de aparatos legais, pois já dispomos destes, mas na vontade de homogeneizar o sujeito e na maneira como ele se ver, se sente e entende o mundo. Não podemos tratar, principalmente no âmbito educacional, os sujeitos como iguais. Embora a capacidade cognitiva do indivíduo surdo seja semelhante ao do indivíduo ouvinte, a maneira que eles apreendem as coisas são distintas, o ouvinte além de aprender pela visão, aprende também a partir da audição, enquanto que para o surdo a aprendizagem ocorre a partir do que vê [...] Logo, enquanto tratarmos a língua, a educação e o processo de aquisição do conhecimento de surdos e ouvintes como padrão, não teremos uma formação adequada dos sujeitos surdos, ao contrário, estaremos mascarando por meio das leis existentes um problema comportamental, não é a criação de outras ou novas leis que os surdos terão garantia de acesso e permanência na escola, mas é entendendo como esses sujeitos aprendem, quais são as estratégias, métodos e avaliação adequada a serem utilizadas, a fim de que sua cultura e sua língua, Libras, seja respeitada e assim ser usada enquanto parte integrante no processo de formação desses sujeitos. (FAGUNDES e ROCHA 2017, p. 43 e 44).

⁸Registro de diário de campo do pesquisador.

⁹Metáfora utilizada para dar sentido literal a algo que funciona sem nenhuma pressa, lentamente, vagarosamente.

Dessa maneira entendemos que não nos falta dispositivos legais para inserção adequada dos alunos surdos, mas aplicabilidade das leis existentes. Outra coisa que podemos destacar é a falta de capacitação de professores nessa área como vimos a cima, que pode ser amenizada com a chegada e permanência do tradutor/intérprete.

Solicitamos para a colaboradora da pesquisa descrever sobre seu processo metodológico para facilitar a aprendizagem do aluno surdo, como acontece essa interação. A professora deixa claro que antes da chegada do tradutor/intérprete a interação era prejudicada, por ela não dominar a Libras, mas com a presença do intérprete vem acontecendo as primeiras mudanças metodológicas. Destacamos o trecho das transcrições da entrevista com a professora.

[...] já com a presença da intérprete, acontece, a 1ª mudança metodológica se dá na transmissão dos conteúdos explorados de forma mais compassada, devagar, buscando um vocábulo mais prático para que a intérprete possa se adequar melhor no momento da intermediação com o nosso aluno surdo [...] (SARA, 2019).

Diante de sua resposta, observamos que ainda há muito a ser feito, pois somente aulas compassadas para que o intérprete consiga intermediar não é sinônimo de aprendizagem, muito menos de interação, ainda mais um aluno que está adquirindo agora a Libras. Sendo assim:

[...] a presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de outras providências para que este aluno possa ser atendido adequadamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, entre outros. (LACERDA, 2006, p. 176) (GRIFO NOSSO)

É necessário um planejamento de atividades contextualizadas com referências visuais e procurando sempre buscar inserir nos grupos de alunos que interagem com ele, assim, oportunizando uma troca de conhecimento. Vygotsky (2007) destaca a interação como um importante recurso para o desenvolvimento cognitivo do aluno e que ensinar usando a metodologia da ZDP coloca em ação o professor, o aprendiz e os grupos sociais que fazem parte do cotidiano desse aluno.

Durante as observações em sala de aula percebemos que as atividades eram sempre em grupo, mas o grupo do aluno surdo sempre era o intérprete, podendo acarretar alguns problemas tais como: o aluno com a mente fechada, sem capacidade de refletir, por falta de troca de experiências com o professor e com os colegas da sala de aula; dificuldade na

comunicação com os alunos ouvintes; desfavorecimento na relação como os demais, além de dificultar sua autonomia, que é importante para sua independência. No entanto, no dia da segunda visita o intérprete não pode se fazer presente e a professora demonstrou preocupação em não o deixar sozinho, inserindo-o em um grupo com outros alunos, bem como se esforçou para desenvolver uma relação comunicativa com o aluno surdo¹⁰.

Na primeira visita a professora colaboradora da pesquisa desenvolveu uma atividade que tinha como “objetivo realizar a leitura de um texto buscando exercitar a entonação e o timbre de voz, com o fim de alcançar a fluência diante das falas dos personagens”¹¹. Essa atividade foi realizada em grupo, o aluno surdo não participou, pois segundo a professora essa aula era voltada para a oralidade e como o aluno é surdo, não teria como interagir¹².

Entretanto, Vygotsky (2007), ressalta que a criança é capaz de realizar qualquer atividade quando mediada por adultos, como podemos ver a seguir: “Numa atividade coletiva ou sob a orientação de adultos, usando imitação, as crianças são capazes de fazer muito mais coisas” (VYGOTSKI, 2007, p. 101). Assim, a sala de aula é um ambiente onde docentes e discentes interagem para transmitir e adquirir conhecimentos. Nesse caso, trazemos a reflexão os seguintes pontos a se discutir: o intérprete não poderia auxiliar o grupo, logo na interpretação do português para Libras? E na língua de sinais como poderíamos trabalhar a entonação que não é da voz, mas da expressão facial, corporal? E a (corp)oralidade¹³ do surdo não existe?

Ainda sobre metodologia, ela faz questionamentos sobre o nível de aprendizagem desse aluno. Utiliza-se da seguinte argumentação:

[...] Mas, desafiador mesmo está sendo identificar em que nível de aprendizagem da escrita se encontra nosso estudante surdo: se ele consegue interpretar? Reconhece textos? Para esse diagnóstico, procuro trabalhar com produções de texto coletivos, apresento os textos projetados em slides, trazendo além da escrita, também imagens, ou seja, busco, na medida do possível, o apoio visual da escrita para que ele possa assimilar melhor o conteúdo abordado[...] (SARA, 2019).

Diante da sua fala percebemos o quão é angustiante e difícil para a professora descobrir em que nível de aprendizagem se encontra o aluno surdo, mas logo em seguida

¹⁰ Registro de diário de campo do pesquisador.

¹¹ Trecho transcrito do quadro para o diário de campo do pesquisador

¹² Registro de diário de campo do pesquisador.

¹³ (Corp)oralidade é para os surdos através dos sinais o que a oralidade é para os ouvintes através da voz.

ela relata que ele só escreve frases fragmentadas, já que ele utiliza a estrutura da Libras minimamente, por também não dominar a Língua de Sinais e ainda vai além, ao deixar claro que apesar do aluno ser simpático, vem de um processo de “faz de conta”. “[...] É mais desafiador ainda quando se verifica que nosso aluno, embora seja toda simpatia, cheio de boa educação, demonstra vim de um processo de “faz de conta”: “faz de conta que eu aprendo” (SARA, 2019). Esse “faz de conta” é preocupante, um aluno que vem sendo aprovado desde dos anos iniciais sem aprendizagem por falta de profissionais capacitados, diante disso, percebemos o quanto é importante que o aluno surdo estude em escolas bilíngues, assim, aprenderão as duas línguas simultaneamente.

Podemos refletir a partir da fala da professora o quão é difícil para um aluno surdo que é alfabetizado em sua língua natural aprender português, sua segunda língua, imagine chegar ao ensino médio sem a base, ou seja sem conhecimento e domínio da Libras. Esse processo só aconteceria de forma eficiente se a alfabetização fosse na língua natural da criança surda. “A realidade em nosso país não é essa, ainda a criança surda brasileira deve “pular” o rio de um lado para o outro sem ter uma ponte. Assim, a criança vai ser alfabetizada na língua portuguesa sem ter sido “alfabetizada” na língua de sinais” (QUADROS, 2006. p. 30).

Quadros (2006) nos leva a refletir sobre a “ponte”, quando idealizamos a imagem de uma ponte, imaginamos dois lugares separados por alguma coisa, hora por água, hora por abismo, hora por terra, mas nunca imaginamos o vazio. Muitas vezes o surdo precisa sair do vazio do seu universo silencioso sem a Libras, para o vazio do universo ouvintista¹⁴ sem a Libras. A Libras é a ponte que dá sentido ao surdo de ambos universos e que pode ligar um ao outro. Sem a língua não há universo, não há criação, foi através dela, que segundo a teoria criacionista, tudo se criou, a partir da palavra como nos mostra Gênesis, capítulo 1, versículo 3, “E disse Deus”. É impossível conceber o homem e seu entendimento sem a ponte, sem a língua.

É necessário que a escola e todos que a constitui, reconheça o surdo como um sujeito bilíngue, ou seja, um sujeito que precisa aprender português, mas que deve ser ensinado a partir da Libras. Mais adiante ela relata que trabalha com slides, trazendo além da escrita, imagens para facilitar o diagnóstico, comprovamos o uso de slides durante as

¹⁴Perspectiva ouvintista está relacionada há como os ouvintes dominam surdos, como eles entendem e percebem o sujeito surdo, o quanto os surdos precisam copiar a identidade ouvinte para serem aceitos.

observações. No que diz respeito as imagens utilizadas consideramos importante, uma maior exploração do uso da imagem, pois como nos mostra Thoma (2014):

Para a pessoa surda, a relevância dos aspectos visuais traz como consequência a invenção de artefatos culturais que usam a visão, como seja: a língua de sinais, a imagem, o letramento visual ou leitura visual. Esses artefatos são importantes para criar o ambiente necessário ao desenvolvimento da identidade surda e requerem o uso de mecanismos adequados para sua presença acontecer, tendo em vista que se diferencia constituindo significantes, significados, valores, estilos, atitudes e práticas (THOMA et al., 2014, p.13).

Como pudemos perceber, a imagem faz parte não só do processo de aprendizagem do aluno surdo, mas da sua cultura, identidade e constituição de seus significantes, significados e entendimento, sendo imprescindível na sua formação e/ou sistematização do conhecimento.

Acrescenta-se também, a importância do intérprete que compreende suas particularidades fazendo um elo entre professor e aluno surdo, já que a escola não possui professores fluentes em Libras, então, solicitamos que descrevesse como acontece a interação do tradutor/intérprete com os professores. Destacamos um trecho das transcrições da entrevista: “[...] nos enche de esperança, pois, diante da intermediação dessa profissional, vamos conhecendo aos poucos as peculiaridades, as limitações, anseios e até mesmo as frustrações de nosso estudante [...]” (Sara, 2019).

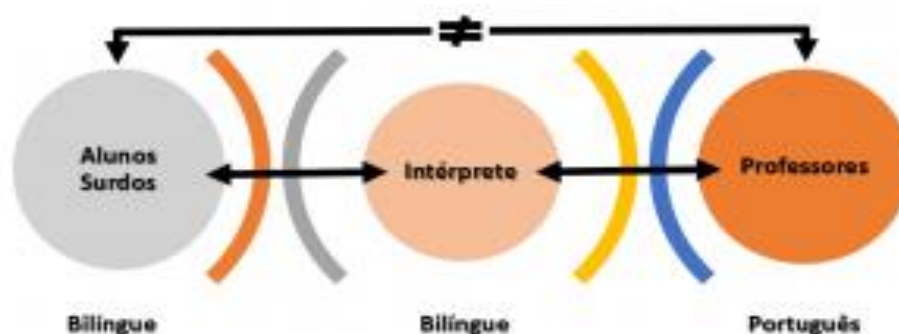


Figura 2: Comunicação entre alunos surdos, intérprete e professores na escola

Fonte: <https://educacaopublica.cederj.edu.br>

Diante do exposto, constatamos a importância desse profissional para o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos e para mediação das relações com os que compõem a escola, tendo como função, ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, professor, equipe escolar e alunos ouvintes. Nesse contexto, Quadros (2004, p. 60)

ressalta: “O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes”. Dessa maneira, é imprescindível a presença desse profissional na escola para auxiliar na aquisição da língua portuguesa, bem como está previsto na lei 10.436/02. É importante destacar que a função do intérprete é mediar as pessoas que não possuem a mesma língua, enquanto a função do professor está associada ao ensino, ou seja, o tradutor/intérprete não poderá assumir o papel do professor.

A professora ainda enfatiza suas limitações na interação com o aluno surdo e entende a relevância da parceria do intérprete com a escola, além do desejo de que haja uma adequação no ensino e aprendizagem desse aluno, como podemos constatar:

[...]. Embora, repetindo e reconhecendo também minhas limitações no tocante ao processo de interação com o estudante surdo, acredito que, embora minimamente, eu possa sim, contribuir de forma positiva para a evolução de sua aprendizagem. Portanto, compreendo que essa é uma parceria essencial, muito importante para que o aluno se sinta verdadeiramente incluído e também para que haja uma adequação efetiva no seu ensino e na sua aprendizagem (SARA, 2019).

Percebemos que a professora reconhece que mesmo diante da barreira existente em sua comunicação com o aluno, ela, junto com a intérprete, pode contribuir na evolução do aluno surdo. Ela se mostrou uma profissional preocupada com a aprendizagem dos alunos, interagem bem com todos, e na medida do possível tenta interagir com aluno surdo¹⁵.

Ainda questionamos quais recursos a escola disponibiliza para facilitar a aprendizagem desse aluno e se existe algum plano pedagógico com profissionais da área de Libras que ajudem a família a entender o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, mas a resposta não foi satisfatória, na escola ainda não possui adaptação com imagens, sinais e datilologia¹⁶ para facilitar a localização dos ambientes da escola e o único recurso que auxilia a professora é o retroprojeto, que é utilizado para melhorar a comunicação com o aluno surdo, como já foi mencionado em suas respostas anteriormente. E em relação ao profissional da área de Libras só há o interprete. Como podemos observar a seguir:

Não. A escola possui apenas o retroprojeto para ampliar a comunicação escrita (Sara, 2019).

¹⁵Registro de diário de campo do pesquisador.

¹⁶Alfabeto manual é usado somente para nomes de pessoas e lugares, rótulos, não é uma representação direta do português e sim da ortografia. É uma sequência de letras escritas do português.

Não. O único Profissional da área de Libras existente na escola é a nossa intérprete (Sara, 2019).

Sendo assim, a escola não está devidamente preparada para receber alunos surdos, falta salas adaptadas, materiais, recursos visuais, metodologias e professores especializados na área, o que temos presenciado é alunos se adaptando as escolas e assim, apresentando várias limitações, “não sendo capazes de ler e escrever satisfatoriamente e não tendo um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos” (LACERDA, 2000, p. 71). As escolas são ambientes para as diferenças, pois ela deve ser um lugar aprendente. “Um lugar, através da atualização das redes de atores que o atravessam, é aprendente porque permite deixar marcas do conjunto das relações, das ligações, das associações entre os atores” (SHALLER, 2008), um lugar de generosidade, de humanidade, empatia e interação, para assim, deixar marcas positivas no conjunto das relações.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa iniciou nos debruçando nas concepções Vygotski (2007) e Fichtner (2010), acerca do *sociointeracionismo vygotskiano: perspectiva para o ensino/aprendizagem*, discorremos sobre a importância da linguagem no desenvolvimento cognitivo, emocional e social e a relevância que o professor possui ao mediar o ensino/aprendizagem dos alunos.

Por conseguinte, dissertamos sobre a *inclusão do sujeito surdo no contexto da sala de aula por dispositivos legais*, onde fizemos um breve passeio sobre as Leis que tornam a educação um direito de todos, começando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 até a Lei Federal Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dialogamos com Lacerda (2006), Pereira e Vieira (2009) e Rosa (2003), sobre a permanência do aluno surdo ao ensino sistematizado e o direito a escola bilíngue. Já Quadros (2006) nos apresenta uma diversidade de jogos para serem desenvolvidos com alunos surdos, nos levando a refletir que o professor precisa estar preparado para se reinventar em sala de aula.

Ao abordarmos o *ensino aprendizagem de português escrito para aluno surdo*, contextualizamos sucintamente sobre a importância da escrita, nos referenciando nos seguintes teóricos: Antunes (2003), Dias (2011). Logo em seguida discutimos sobre *aquisição da escrita do surdo*, a partir da perspectiva de Figueiredo (2019) e Quadros (2006). Figueiredo, vem reafirmando a teoria de Vygotski sobre a relevância da interação no ensino e aprendizagem dos alunos, nesse caso para o ensino da L2/LE, além de corroborar com Quadros (2006) sobre a importância de jogos na interação entre alunos e professor na aprendizagem de línguas.

Para constituição do *corpus* da nossa pesquisa, realizamos uma entrevista semiestruturada com uma professora de língua portuguesa, além de observamos 05 aulas para a construção do diário de campo. Concernente as análises pegamos trechos que achamos mais relevantes para analisarmos, é importante destacarmos que todas as respostas foram transcritas sem modificações, estas estão disponíveis nos anexos.

Na seção destinada as análises intitulada *o que nos diz o professor sobre o processo ensino e aprendizagem do aluno surdo em sala de aula regular*, percebemos que a professora não possui formação voltada para educação de surdos, mas reconhece que a educação é um direito de todos e a educação especial está na constituição. Entretanto mesmo sendo Lei, ainda presenciamos alunos surdos incluídos em sala de aula regular,

mas sem existir a inclusão de fato, estando em desigualdade em sala de aula e sem garantia de aquisição dos conhecimentos. No que concerne as práticas metodologias, compreendemos que se faz necessário um planejamento de atividades didático-pedagógicas, materiais e jogos visuais, além do uso da Libras e o profissional tradutor/intérprete para que o aluno surdo possa interagir com os demais alunos, pois entendemos que a Libras é a ponte que liga o universo surdo ao ouvindo. Ainda podemos acrescentar que a escola precisa se adequar para receber alunos surdos, até o momento só disponibiliza como profissional especializado na área o intérprete. A professora colaboradora reconhece suas limitações, assim, como também o descaso do estado quanto a inclusão dos alunos surdos.

Ao finalizarmos esta pesquisa, e respondendo ao nosso objetivo geral, que consiste em *analisar a relação do professor e do aluno surdo nas aulas de língua portuguesa numa escola estadual de Ensino Médio de Campo Grande*, percebemos a necessidade de um olhar voltado para o ensino e aprendizagem de alunos surdos que estudam em sala regular, pois ainda há muito a ser feito para que realmente a inclusão do aluno surdo seja efetivada. Constatamos que a interação entre os interlocutores é precária, afetando diretamente em seu desenvolvimento cognitivo e social. A própria professora colaboradora se mostra preocupada e angustiada, devido à falta de capacitações.

Quanto aos objetivos específicos que consistem em, investigar como efetua-se o relacionamento comunicacional entre aluno surdo e professor ouvinte, como também, identificar as estratégias utilizadas pelo professor ouvinte de língua portuguesa na interação com o aluno surdo durante as aulas, conseguimos realizar essa investigação no decorrer dos encontros e constatamos que o relacionamento entre aluno surdo e professor ouvinte se dá através do tradutor/intérprete, pois a professora colaboradora não tem conhecimento de Libras, muito menos dos sinais caseiros que o aluno utiliza, já que ele está em fase de aquisição da Libras, então acaba usando Libras e sinais caseiros ao mesmo tempo. E justamente por não ser fluente na língua de sinais não foi possível a realização da análise com o aluno, pois ao entrevistá-lo, mesmo utilizando várias estratégias, percebemos que não houve compreensão por parte do aluno. No que concerne as estratégias utilizadas para que ocorra a interação entre ambos, ocorre basicamente através de slides com pouquíssimas imagens e o tradutor/intérprete fazendo esse elo entre os dois: professor ouvinte e aluno surdo.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva Antunes. **História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande – MS**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2005.

ALMEIDA, João Ferreira de. **A Bíblia da Mulher**: leitura, devocional, estudo. 2 ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011. 2176 p.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BEYER, Hugo Otto. A Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **INCLUSÃO – Revista da Educação Especial**, SEESP/MEC; ago/2006, p. 8 – 12.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 436p.

BRASÍLIA. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 2005.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2ª ed. Editora Cortez

FAGUNDES, Isabelle Pinheiro. ROCHA, Simone Maria. **Exame nacional do ensino médio**: a educação de surdos como tema de redação. IN: O ensino em perspectivas: múltiplas abordagens, outros enfoques e a interdisciplinaridade no ofício docente. Org. TAMANINI, Paulo Augusto. Curitiba: CRV, 2018.

FICHTNER, Bernd. **Introdução na abordagem histórico-cultural de Vygotsky e seus colaboradores**. 2010. Disponível em: http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/agenda_eventos/docente/PDF_SWF/226Reader%20Vygotskij.pdf acessado em 27/01/19

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de. **Vygotsky: a interação no ensino/aprendizagem de línguas**. 1. Ed. – São Paulo: Parábola, 2019.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GODOY, Arlinda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GOMES, Liliane Durão; BENASSI, Claudio Alves. Linguagem corporal e expressão facial aplicada a Língua brasileira de sinais – Libras. Em: **Revista Diálogos**: linguagens em movimento. Ano III, N. I, jan.-jun., 2015

QUADROS, Ronice Müller de. **Idéias para ensinar português para alunos surdos** – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos Cedes**, no 46, setembro de 1998, pp. 68-80. Campinas: Cedes, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 25 de junho de 2019.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A Inclusão Escolar de Alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. **O que lembram os surdos de sua escola**: discussão das marcas criadas pelo processo de escolarização. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdo. 2005, p.47-62.

LODI, Ana Cláudia Balieiro.; MÉLO, Ana D. B.; FERNANDES, Eulalia. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 392 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasília, _____ 07/01/2008.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; VIEIRA, Maria Inês da Silva. Bilinguismo e educação de surdos. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. 19, p. 62-67, 2009

ROSA, Andréa da Silva. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação social entre surdos e ouvintes. In: **Cidadania, surdez e linguagem**. São Paulo: Plexus, p. 235-243, 2003.

SAMPAIO, Maria Janaina Alencar. **Um olhar sobre a efetivação das políticas públicas na educação de surdos: foco na produção textual**. 2012. 165 p. Tese (Doutorado em linguística) Centro de ciências humanas, letras e artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6428/1/arquivototal.pdf> Acessado em 08/01/19

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3a edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SCHALLER, Jean-Jacques. **Lugares aprendentes e inteligência coletiva**: rumo à constituição de um mundo comum. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu

Clementino de (Org.). (Auto)biografia: formação, territórios e saberes. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. (2001). **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus.

SOUZA, Regina Maria & GÓES, Maria Cecília Rafael de. O ensino para Surdos na escola inclusiva: Considerações sobre o excludente contexto de inclusão. In: Carlos Skliar (Org.): **Atualidade da educação bilíngue para Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. V. 1, p.163-188.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. **Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS**; ilustrado por Sérgio Streiechen. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

THOMA, Adriana da Silva. et al. **Relatório sobre a política linguística de educação bilíngue**: língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513>>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

VYGOTSKY, Lev. Semyonovich. **Concrete human psychology**. Soviet Psychology, v. 2, n. 27, p. 53-77, 1989b. VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VIGOTSKY, Lev. Semenovich. **A formação da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: uma análise sócia interacional da relação professor/aluno surdo nas aulas de língua portuguesa numa Escola Estadual de Ensino Médio de Campo Grande. Que é coordenada por Joseany Maria Pimenta de Holanda.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Esta pesquisa procura investigar, a partir de entrevista semiestruturada com uma professora de língua portuguesa do ensino médio de uma escola pública do interior do RN, como se dá a relação do professor e do aluno surdo nas aulas de língua portuguesa numa escola estadual de Ensino Médio de Campo Grande. Essa pesquisa apresenta-se como um instrumento de valorização e evidência da história de um povo que durante um período esteve às margens da sociedade, mas que tem por meio das lutas da comunidade que o compõe, encontrado um espaço significativo não só no âmbito social, mas educacional e profissional.

Caso decida aceitar o convite, o professor será submetido ao seguinte procedimento: entrevista semiestruturada; será realizada no local de escolha do entrevistado, desde que seja um espaço tranquilo e favorável para a realização da entrevista semiestruturada e seu conteúdo será registrado através da escrita, para posteriormente ser utilizado nas análises dos dados. Os riscos envolvidos com sua participação: ao escrever sobre suas experiências no seu processo de ensino enquanto professor de aluno surdo, o participante da pesquisa pode apresentar algum tipo de desconforto por relatar sobre suas metodologias e estratégias sejam elas positivas ou não, que será minimizado através da seguinte providência: estaremos atentas a qualquer desconforto e, não vamos explorar trechos que tragam angústia para o participante da pesquisa. Se ele desejar, interromperemos a qualquer momento a entrevista.

Você terá os seguintes benefícios ao participar da pesquisa: ao dissertar sobre suas experiências no seu processo de ensino enquanto professor de aluno surdo, o entrevistado pode compreender melhor seu processo de ensino e formação para ensinar, dando outro sentido as suas experiências. A pesquisa poderá contribuir para a melhoria do ensino de pessoas com surdez e a formação de futuros professores de português, que poderão entender melhor o processo de ensino da pessoa com surdez. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Você ficará com uma cópia deste Termo e toda dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Joseany Maria Pimenta de Holanda, na rua Padre Manoel Bezerra, 31, centro, Campo Grande, RN, ou pelo número de telefone (84) 99652-5775 (whatsapp)e/ou com a Professora Esp. **Isabelle Pinheiro Fagundes, na rua Leovegildo Fernandes Pimenta, 971, Aeroporto, Caraúbas, RN, ou pelos números de telefone (84) 99852-2640 / (84) 98787-9594 (whatsapp).**

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: uma análise sócia interacional da relação professor/aluno surdo nas aulas de língua portuguesa numa escola estadual de ensino médio de campo grande.

Participante da pesquisa:

Pesquisador responsável:

Joseany Maria Pimenta de Holanda

Caraúbas (RN), 2019

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa **Uma Análise Sócio Interacional da Relação Professor/Aluno Surdo nas Aulas de Língua Portuguesa numa Escola Estadual de Ensino Médio de Campo Grande**. Que é coordenada por **Joseany Maria Pimenta de Holanda**.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Esta pesquisa procura investigar, a partir de entrevista semiestruturada com uma professora de língua portuguesa do Ensino Médio de uma escola pública do interior do RN, e um aluno surdo da mesma escola, a fim de saber como se dá a relação do professor e do aluno surdo nas aulas de língua portuguesa numa escola estadual de Ensino Médio de Campo Grande. Essa pesquisa apresenta-se como um instrumento de valorização e evidencição da história de um povo que durante um período esteve às margens da sociedade, mas que tem por meio das lutas da comunidade que o compõe, encontrado um espaço significativo não só no âmbito social, mas educacional e profissional.

Caso decida aceitar o convite, o aluno será submetido ao seguinte procedimento: entrevista semiestruturada; será realizada no local de escolha do entrevistado, desde que seja um espaço tranquilo e favorável para a realização da entrevista semiestruturada e seu conteúdo será registrado através da escrita, para posteriormente ser utilizado nas análises dos dados.

Os riscos envolvidos com sua participação: ao escrever sobre as metodologias que o professor usa para favorecer seu processo de ensino aprendizagem, chegada do tradutor intérprete melhorou a interação com o professor, o participante da pesquisa pode apresentar algum tipo de desconforto por relatar sobre as metodologias e estratégias sejam elas positivas ou não, que será minimizado através da seguinte providência: estaremos atentas a qualquer desconforto e, não vamos explorar trechos que tragam angústia para o participante da pesquisa. Se ele desejar, interromperemos a qualquer momento a entrevista.

Você terá os seguintes benefícios ao participar da pesquisa: ao dissertar sobre as experiências no seu processo de ensino aprendizagem enquanto aluno surdo, o entrevistado pode compreender melhor seu processo de aprendizagem. A pesquisa poderá contribuir para a melhoria do ensino de pessoas com surdez e a formação de futuros professores de português, que poderão entender melhor o processo de ensino da pessoa com surdez. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Você ficará com uma cópia deste Termo e toda dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Joseany Maria Pimenta de Holanda, na rua Padre Manoel Bezerra, 31, Centro, Campo Grande, RN, ou pelo número de telefone (84) 99652-5775 (whatsapp) e/ou com a Professora Esp. **Isabelle Pinheiro Fagundes, na rua Leovegildo Fernandes Pimenta, 971, Aeroporto, Caraúbas, RN, ou pelos números de telefone (84) 99852-2640 / (84) 98787-9594 (whatsapp).**

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa **Uma Análise Sócio Interacional da Relação Professor/Aluno Surdo nas Aulas de Língua Portuguesa numa Escola Estadual de Ensino Médio de Campo Grande.**

Responsável do participante da pesquisa:

Pesquisador responsável:

Joseany Maria Pimenta de Holanda.

Caraúbas (RN), 2019

ANEXO III

Transcrição das respostas do questionário da professora colaboradora

1. Possuo graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, desde 2002. Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, também pela UERN, desde 2005 e Mestrado Profissional em Letras, também pela UERN, desde 2015.

Sou professora da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/RN, atuando desde o ano de 2002, ou seja, há quase 17 anos, lecionando o componente curricular Língua Portuguesa e áreas comuns, tais como: Artes; E também sou professora da Rede Estadual de Ensino, lecionando na única escola de Ensino Médio do município de Campo Grande/RN, a disciplina de Língua Portuguesa, para turmas de 1ª a 3ª series.

2. Está na nossa constituição. É Lei! Educação é um direito de todos e a educação especial esta inclusa. Defendo e apoio essa política pública de inclusão, desde que todos, sem exceção possam de fato usufruir plenamente de uma formação tanto pessoal quanto intelectual de qualidade nas nossas escolas.

Porém, é um direito que não vem sendo assegurado. O Estado, durante muito tempo, agiu com descaso quanto a colaborar com as condições necessárias para que, de fato, fosse efetivado esse direito. Matrículas não são sinônimos de direito garantido. É preciso muito mais...

3. Não. É a primeira vez, em 17 anos de atuação.
4. Antes da chegada da intérprete, infelizmente a interação era prejudicada. Motivo: não tenho preparo, não domino nem o básico de LIBRAS, e desse modo, minha comunicação, quase que totalmente se dá ORALIZADA, salvo alguns arremedos de expressão facial e gestual...

Já com a presença da intérprete, acontece, a 1ª mudança metodológica se dá na transmissão dos conteúdos explorados de forma mais compassada, devagar, buscando um vocábulo mais prático para que a intérprete possa se adequar melhor no momento da intermediação com o nosso aluno surdo.

Desde o início do ano, questionamentos sobre o nível de aprendizado da turma regular é algo constante. Mas, desafiador mesmo está sendo identificar em que

nível de aprendizagem da escrita se encontra nosso estudante surdo: se ele consegue interpretar? Reconhece textos? Para esse diagnóstico, procuro trabalhar com produções de texto coletivos, apresento os textos projetados em slides, trazendo além da escrita, também imagens, ou seja, busco, na medida do possível, o apoio visual da escrita para que ele possa assimilar melhor o conteúdo abordado.

Então, o que se constata, até agora? Nosso estudante surdo escreve apenas frases, fragmentadas, uma vez que utiliza a estrutura da LIBRAS (minimamente, pois ainda não domina a Língua Brasileira de Sinais...

É mais desafiador ainda quando se verifica que nosso aluno, embora seja toda simpatia, cheio de boa educação, demonstra vim de um processo de “faz de conta”: “faz de conta que eu aprendo.” E, ao ser aguçado, recua, tem uma certa defesa de se esforçar de modo mais ativo para desenvolver tarefas.

Quanto a mim, há muito o que buscar: romper com a barreira maior que é o da falta de comunicação, de interação com meu aluno... Ansiosa por programas de formação, capacitação, encontros para discussão a respeito.

5. Com a chegada da intérprete de Libras, a nossa escola, antes estagnada no que se refere a um atendimento real, significativo de ensino/aprendizagem ao estudante com surdez, dá um salto de qualidade e nos enche de esperança, pois, diante da intermediação dessa profissional, vamos conhecendo aos poucos as peculiaridades, as limitações, anseios e até mesmo as frustrações de nosso estudante.

Embora, repetindo e reconhecendo também minhas limitações no tocante ao processo de interação com o estudante surdo, acredito que, embora minimamente, eu possa sim, contribuir de forma positiva para a evolução de sua aprendizagem.

Portanto, compreendo que essa é uma parceria essencial, muito importante para que o aluno se sinta verdadeiramente incluído e também para que haja uma adequação efetiva no seu ensino e na sua aprendizagem.

6. Não. A escola possui apenas o retroprojetor para ampliar a comunicação escrita.
7. Não. O único Profissional da área de Libras existente na escola é a nossa intérprete.